CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 25ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2026

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, com início às quatorze horas, realizou-se a 25ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região – Minas Gerais. Estiveram presentes as(os) Conselheiras(os) Efetivas(os): André Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cíntia Coelho dos Santos, em participação remota, Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, João Paulo da Silva Morais, José Alberto Manoel dos Santos, Lucas Fernandes Ayres Pinto, em participação remota, André Correa Ferreira, Laura Costa Lobo, Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Estiveram presentes as(os) Conselheiras(os) Suplentes: Clarissa Assis Pereira Gomes, Fernanda Coelho dos Santos Moreira, em participação remota, João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves, Patrícia de Fátima Pantaleão, em participação remota, e Samantha Alves Pereira de Souza. Foram registradas as **justificativas de ausência** de Aline Arantes Porto, Ângela Maria Valentim Gonçalves, Bruno Stefani Ferreira de Oliveira, Juliana Nassau Fernandes e Kátia Regina Beal Rodrigues. **Quórum de Conselheiras(os) Efetivas(os):** Foi verificado o quórum regimental, com a presença de 15 (quinze) conselheiras(os) efetivas(os). -1) Informe Inicial: Foi informado que o Conselho Federal de Psicologia encaminhou camisetas alusivas às campanhas em curso, em quantidade correspondente a uma unidade por conselheira(o). Orientou-se que as(os) interessadas(os) retirassem sua unidade e que as peças não utilizadas permanecessem no Conselho, para a utilização entre os empregados como uniforme. Registrou-se, ainda, que as camisetas não deveriam ser distribuídas como brindes em atividades de representação institucional, a fim de evitar inadequações administrativas.-2) Apresentação do Setor de Orientação e Fiscalização: A empregada Vanessa, psicóloga fiscal do CRP-MG, apresentou o fluxo de trabalho do Setor de Orientação e Fiscalização utilizando como exemplo um caso de publicidade profissional recebido em 2023 (dois mil e vinte e três). Explicou que as demandas são examinadas não apenas a partir do conteúdo da denúncia, mas também mediante verificação da forma como a(o) profissional se apresenta e divulga seus serviços. No caso exposto, foram identificados sensacionalismo, previsão taxativa de resultados, anúncio de avaliação psicológica em apenas três sessões, ausência do nome completo da(o) psicóloga(o), divulgação de suposta abordagem "única e eficaz" e oferta de curso oferecendo superação de traumas de forma absoluta. Vanessa esclareceu que as ações fiscalizatórias se fundamentam na Política de Orientação e Fiscalização, no Código de Ética Profissional e nas demais normas do Sistema Conselhos de Psicologia. Como primeira medida, a(o) profissional foi convocada(o) para orientação e relatou desconhecimento das normas sobre publicidade, atribuindo parte das divulgações à assessoria de *marketing*. Informou que o curso era fundamentado na Terapia de Aceitação e Compromisso e que havia acompanhamento em grupo de mensagens, além de afirmar que o número de sessões de avaliação poderia variar conforme o caso. O Setor determinou a regularização da identificação profissional, a retirada de conteúdos sensacionalistas e de promessas de resultado, a adequação da denominação do curso, o ajuste das informações sobre avaliação psicológica e, à época, a regularização do cadastro e-Psi. Foi concedido prazo inicial de quarenta e cinco dias; após prorrogação e persistência de inadequações, celebrou-se Termo de Ajustamento de Conduta, com prazo de noventa dias. Cumpridas as obrigações, o procedimento foi encerrado. Em 2025 (dois mil e vinte e cinco), contudo, nova demanda revelou reincidência, quando a(o) profissional, já com mais de dois milhões de seguidores em rede social, passou a divulgar programas e cursos com expressões como "armadura emocional", promessa de protocolo personalizado, afirmações de resultados alcançados por milhares de pessoas e publicidade de preços em campanha promocional. Considerando a violação do

ajuste anterior e o esgotamento das medidas de orientação e fiscalização, a Comissão de Orientação e Fiscalização deliberou pela apresentação de representação ética. Ao final, foram discutidos os desafios crescentes decorrentes da publicidade profissional em redes sociais e da terceirização de conteúdo a equipes de *marketing*, reafirmando-se que a responsabilidade ética permanece com a(o) psicóloga(o). -3) Fluxo Institucional para Realização de Eventos: Camila, Gerente de Comunicação, apresentou proposta de reorganização do fluxo de eventos do CRP-MG. Relatou que as demandas chegavam à Gerência de Comunicação de forma fragmentada, por canais diversos, muitas vezes sem definição prévia de viabilidade, responsabilidades, custos e prazos. Propôs a formalização e reestruturação do Comitê de Eventos como instância de interface entre as áreas, com indicação de pessoa de referência para cada atividade. O fluxo sugerido foi organizado em quatro etapas: solicitação, análise preliminar, deliberação e execução com acompanhamento dos desdobramentos. A análise deverá preceder a decisão da Diretoria ou do Plenário e considerar qualidade, custos, prazos, capacidade operacional, cronograma, articulação entre áreas, avaliação e registro de aprendizados. Foram apresentados formulário de solicitação, matriz de análise e cronograma como instrumentos de apoio. O Plenário concordou com a reestruturação e formalização do Comitê de Eventos, inicialmente integrado por Andressa Moreira Antunes, José Alberto Manoel dos Santos e Fabiana Alcântara Santos da Conceição, com possibilidade de ampliação conforme a necessidade, devendo ser realizada reunião específica para validação dos instrumentos e detalhamento do fluxo. - 4) Informe da Gerência de Comunicação: Foram apresentadas as ações de reorganização interna conduzidas desde agosto, incluindo implantação de ferramenta de gestão e acompanhamento de demandas, construção de calendário macro, aperfeiçoamento da gestão contratual e planejamento de serviços de monitoramento de mídia, acessibilidade em Libras, audiovisual e apoio a eventos. Registraram-se as ações relativas à campanha do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, os resultados obtidos nas redes sociais, as atividades realizadas e planejadas nas regiões de Juiz de Fora e Uberlândia e o desenvolvimento do programa de parcerias e benefícios “Bem para Você”. Informou-se que o edital do programa permaneceria aberto continuamente e que o lançamento inicial estava previsto para outubro, solicitando-se o apoio das(os) conselheiras(os) na divulgação junto a estabelecimentos, especialmente no interior do Estado. Também foram apresentados indicadores e ações futuras da Gerência. -5) Notificação do Ministério Público do Trabalho: O Assessor Jurídico, Mário Diógenes Garrido Eva, apresentou às(aos) Conselheiras(os) informações sobre procedimento preparatório nº 001073.2026.03.000/8, instaurado pela Procuradoria Regional do Trabalho de Belo Horizonte, vinculada ao Ministério Público do Trabalho, a partir de notícia de fato de caráter sigiloso envolvendo possível ocorrência de assédio no âmbito da Autarquia. Esclareceu que, diante das informações inicialmente disponibilizadas, o Setor Jurídico peticionou nos autos para obtenção da denúncia na íntegra, mas os fatos mantinham-se sigilosos. Foram solicitadas, ainda, a composição da diretoria, bem como a relação de todas(os) as(os) empregadas(os) da autarquia, tendo sido as informações devidamente encaminhadas. Por meio de ofício, o CRP04-MG reiterou que não é conivente com práticas de assédio e de outras condutas que violem a dignidade de suas(eus) empregadas(os). Diante de nova manifestação da Procuradoria, que requereu em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, as providências que foram tomadas para a implementação de políticas de prevenção ao assédio e de canais ou meios para recebimento de denúncias relacionadas a assédio moral ou sexual, o Assessor sugeriu que o Plenário deliberasse pela criação de um Grupo de Trabalho, destinado a discutir ações de Prevenção e Combate à Violência e ao Assédio no âmbito do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região, bem como a avaliar a implementação de novas normas e o aperfeiçoamento dos procedimentos existentes. Também foram registradas as ações promovidas pelo Conselho Federal de Psicologia sobre a temática e a recente contratação de profissional para a Gerência de Gestão de Pessoas. **Deliberação**: Após discussão, o Plenário aprovou a criação do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência e ao Assédio no âmbito do Conselho Regional de Psicologia 4ª Região, composto por três representantes titulares e respectivas(os) suplentes, da seguinte forma: Mário Diógenes Garrido Eva, Assessor Jurídico, como titular, e Ida Caroline Nosseis Riquetti Rodrigues, Gerente Jurídica, como suplente; Ângela, Gerente de Gestão de Pessoas, como titular, e Elaine Figueredo, empregada pública, como suplente; e João Paulo da Silva Morais, Conselheiro, como titular, e José Alberto Manoel dos Santos, Conselheiro, como suplente. André informou que, caso necessário, o Grupo de Trabalho poderá convidar empregadas(os) de outros setores para colaborar com as discussões. Por fim, foi solicitada celeridade na elaboração do extrato da ata referente à presente pauta e na publicação da portaria de criação do Grupo de Trabalho. -6) Proposta Orçamentária Anual para 2027: Gustavo apresentou a metodologia de elaboração da proposta orçamentária anual para 2027 (dois mil e vinte e sete), estruturada segundo o padrão definido pela Resolução CFP nº 19/2023 e pela planilha encaminhada pelo Conselho Federal de

Psicologia. Informou que foram estimadas(os) 58.270 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta) psicólogas(os) e 1.794 (mil setecentos e noventa e quatro) pessoas jurídicas como possíveis pagantes; média anual de 4.882 (quatro mil oitocentos e oitenta e dois) novas inscrições de pessoas físicas; média anual de 1.214 (mil duzentos e quatorze) cancelamentos de pessoas físicas; e 6.250 (seis mil duzentos e cinquenta) profissionais isentas(os) por idade. A projeção de inadimplência, calculada com base nos três exercícios anteriores, foi de 27,78% (vinte e sete vírgula setenta e oito por cento) para pessoas físicas e 17,52% (dezessete vírgula cinquenta e dois por cento) para pessoas jurídicas. Para o pagamento em cota única até 31 de janeiro de 2027 (dois mil e vinte e sete), considerou-se desconto de 10% (dez por cento), estimando-se adesão de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) das pessoas físicas e 44% (quarenta e quatro por cento) das pessoas jurídicas. Esclareceu-se que o orçamento de despesas deve corresponder ao valor da receita estimada e que a distribuição é organizada por grupos, subgrupos, títulos e subtítulos, contemplando atividades-meio e finalísticas. A projeção levou em conta a execução de janeiro a junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), o comportamento das contas encerradas em 2025 (dois mil e vinte e cinco) e as demandas constantes do Plano de Contratações Anual de 2027 (dois mil e vinte e sete). Foi relatado que as novas contratações inicialmente propostas aproximavam-se de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), tendo sido reduzidas para cerca de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) após revisão, diante das limitações financeiras e operacionais. Entre as demandas consideradas prioritárias foram mencionados o pagamento por cartão de crédito, veículos e serviços de transporte para fiscalização, renovação de mobiliário, gestão documental, equipamentos e soluções de tecnologia. Discutiu-se a proporção entre atividade-meio e atividade finalística, observando-se que o orçamento apresentava aproximadamente 58% (cinquenta e oito por cento) na primeira categoria, sobretudo em razão dos repasses obrigatórios ao Conselho Federal de Psicologia. Registrou-se que a cota-parte e a cota-revista somavam aproximadamente R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e que, desconsiderados esses repasses para fins analíticos, a distribuição se aproximaria do equilíbrio de 50% (cinquenta por cento) entre atividades-meio e finalísticas, com ligeira predominância das atividades finalísticas. Debateram-se, ainda, a necessidade de ampliar as ações de fiscalização, a contratação futura de fiscais habilitadas(os) a dirigir, a adoção de serviço de transporte com motorista, o enfrentamento da inadimplência e a utilização do limite de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida como parâmetro de prudência para despesas de pessoal. Informou-se que as despesas de custeio foram projetadas em R$ 42.413.408,00 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e oito reais) e a Dotação Adicional por Fonte, destinada a projetos estruturantes e investimentos, em R$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), resultando em orçamento total de R$ 45.338.408,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e oito reais). Entre os investimentos previstos foram citados a renovação do mobiliário da sede e das subsedes, o projeto de gestão de documentos, *softwares* de segurança e monitoramento de rede, licenças *Microsoft Office*, ferramentas de inteligência e visualização de dados, acervo digital para o Centro de Documentação e Informação, equipamentos de informática e câmeras de segurança. Assim sendo, finalizou a apresentação. -7) Relatório de Participação Institucional: Foi reiterada às(aos) conselheiras(os) a importância do preenchimento adequado dos relatórios de participação institucional encaminhados pela Secretaria de Apoio à Gestão. Destacou-se que os registros são essenciais para a memória institucional e para demonstrar, perante os órgãos de controle, a relação entre as representações realizadas e as atividades finalísticas do Conselho. Solicitou-se que eventuais dificuldades ou sugestões de melhoria do formulário fossem comunicadas à equipe responsável. Discutiu-se a necessidade de devolução individual e tempestiva quando houver informação incompleta, permitindo a correção antes do processamento. Esclareceu-se que imagens ou capturas de tela são elementos recomendáveis de comprovação, quando disponíveis, mas sua ausência isolada não deve impedir o recebimento quando a participação puder ser comprovada por outros meios. **Deliberação**: As(Os) Conselheiras(os) Suplentes presentes manifestaram-se de forma unânime pela anuência da necessidade de entrega de relatórios completos. Aberto para votação, as(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes confirmaram, por unanimidade de 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções, aprovar a necessidade de envio de relatórios completos. -8) Documentos em Discussão na APAF - Canabis, Psicodélicos e Análise Técnica: Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo apresentou preocupações relativas ao documento elaborado por Grupo de Trabalho da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças sobre cannabis, redução de danos, experiências psicodélicas e parâmetros para atuação de psicólogas(os). Apontou conceitos sem definição, ausência de referências científicas e clínicas suficientes, uso de fundamentos da Antropologia e da Sociologia sem indicação das fontes, falta de abordagem dos riscos psicopatológicos e possibilidade de interpretação que autorizasse

práticas fora de contextos de pesquisa. Informou que a Gerência Técnica e a referência técnica das comissões temáticas também identificaram preocupações e que comentários e referências haviam sido inseridos no documento. O debate reconheceu a importância dos saberes tradicionais e do fomento à pesquisa, mas ressaltou que orientações profissionais devem apresentar fundamentação técnico-científica, delimitação ética e distinção clara entre pesquisa, prática psicológica e contexto religioso. Foi proposta, pela conselheira Andressa Moreira Antunes a formação de grupo reduzido para elaborar análise técnica e definir a estratégia institucional, com participação de Daniel, Andressa Moreira Antunes, Helena, Mário Diógenes Garrido Eva e demais colaboradoras(es) técnicas(os) que pudessem contribuir. O texto resultante poderá subsidiar posicionamento do CRP-MG, articulação com outros Conselhos Regionais, manifestação pública e atuação na APAF. Também se decidiu levar a matéria à reunião das Diretorias da Região Sudeste, em Vitória, na semana subsequente, e defender que os itens controversos não fossem submetidos à aprovação em bloco, de modo a assegurar debate, registro de divergências e voto individualizado. Registrou-se que a definição final da estratégia dependeria da pauta da APAF e do alinhamento realizado na reunião de Presidentes que a antecede. **Deliberação:** O Plenário aprovou a formação de grupo reduzido para elaborar análise técnica e definir a estratégia institucional, com participação de Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Clarissa Assis Pereira Gomes, Andressa Moreira Antunes, Helena Divino Vicent, Mário Diógenes Garrido Eva e demais colaboradoras(es) técnicas(os) que pudessem contribuir. O documento deverá subsidiar o posicionamento do CRP-MG, a articulação com outros Conselhos Regionais, eventual manifestação pública e a atuação na APAF. Deliberou-se, ainda, por levar a matéria à reunião das Diretorias da Região Sudeste, em Vitória, na semana subsequente, e por defender que os itens controversos não sejam submetidos à aprovação em bloco, assegurando-se o debate, o registro das divergências e o voto individualizado. A definição final da estratégia ficará condicionada à pauta da APAF e ao alinhamento realizado na reunião de Presidentes que a antecede. Aberta a votação, As(Os) Conselheiras(os) Suplentes presentes manifestaram-se de forma unânime pela anuência da criação do GT Canabis, Psicodélicos e Análise Técnica.Aberto para votação, as(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes confirmaram, por unanimidade de 15 votos favoráveis, 0 votos contrários e 0 abstenções, aprovar a a criação do GT Canabis, Psicodélicos e Análise Técnica.-9) Encontro Regional das Comissões de Orientação e Fiscalização e de Orientação Ética: A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira informou que o encontro regional das Comissões de Orientação e Fiscalização e de Orientação e Ética da Região Sudeste ocorreria nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2026, em formato definido pelo Conselho Federal de Psicologia. A participação da Gerência Técnica e das áreas correspondentes já havia sido considerada. Em razão da coincidência com reunião presencial, em Brasília, destinada à discussão de nota técnica sobre Análise do Comportamento Aplicada, informou-se que conselheira Sara Edith Souza de Assis Leão representaria as conselheiras de referência no encontro regional, enquanto a representação do CRP-MG em Brasília apresentaria as divergências e buscaria seu registro formal. O informe foi acolhido pelo Plenário. -10) Grupo de Trabalho sobre Cuidados Paleativos e Grupos Intercomissões: A conselheira Sara Edith Souza de Assis Leão apresentou a proposta de transferência do Grupo de Trabalho sobre Cuidados Paliativos da Comissão de Psicologia Hospitalar para a Comissão de Saúde Pública, considerando que o tema abrange os níveis primário, secundário e terciário de atenção e não se restringe ao ambiente hospitalar. Durante o debate, ponderou-se que a desvinculação completa da Psicologia Hospitalar poderia reduzir a contribuição de profissionais dessa área. Como solução, foi sugerida a possibilidade de funcionamento compartilhado do Grupo de Trabalho entre as duas comissões. **Deliberação:** O Plenário aprovou a possibilidade de criação de grupos de trabalho intercomissões, cabendo às comissões interessadas elaborar conjuntamente o plano de trabalho e submetê-lo ao setor responsável pelas comissões para análise e validação. Ficou estabelecido que as situações ordinárias não precisarão retornar ao Plenário apenas para referendo, sem prejuízo de nova apreciação quando houver dúvida, inviabilidade ou necessidade de regulamentação adicional. Quanto ao Grupo de Trabalho sobre Cuidados Paliativos, deverá ser promovida a articulação entre a Comissão de Psicologia Hospitalar e a Comissão de Saúde Pública para definição do formato compartilhado. Aberta a votação, As(Os) Conselheiras(os) Suplentes presentes manifestaram-se de forma unânime pela anuência da criação do Grupo de Trabalho sobre Cuidados Paleativos e Grupos Intercomissões. Aberto para votação, as(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes confirmaram, por unanimidade de 15 votos favoráveis, 0 votos contrários e 0 abstenções, aprovar a a criação do Grupo de Trabalho sobre Cuidados Paleativos e Grupos Intercomissões. Em razão do adiantado da hora, foram encerrados os trabalhos do dia, ficando definida a retomada da reunião em 19 de setembro de 2026, às 9h30, conforme horário constante da pauta, com orientação para comunicação ao grupo e finalização da lista de presença. Eu, José Alberto Manoel dos

Santos, Conselheiro Secretário, lavro a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelas(os) responsáveis. Belo Horizonte, 18 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **José Alberto Manoel dos Santos**, **Conselheira(o) Secretária(o)**, em 27/10/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno**, **Conselheira(o) Presidente**, em 27/10/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3119620** e o código CRC **AE7D0CCE**.

Referência: Processo nº 570400072.000619/2025-04 SEI nº 3119620